

328 — Susana de Jesus Azevedo Gomes Pereira	(b)	412 — Raquel Sofia Bernardino Tavares	(b)
329 — Ricardo Filipe da Costa Almeida Perfeito Agostinho	(b)	413 — Rosalina Maria da Silva Moita	(b)
330 — Ana Mónica Morgado Mendes Dias	(b)	414 — Rosalina Pereira de Andrade	(b)
331 — Cláudia Sofia de Sousa Martinho	(b)	415 — Sandra Cristina Nunes Soares	(b)
332 — Albertina Rita Gama da Costa	(b)	416 — Sandra Maria da Silva Gonçalves	(b)
333 — Alda Cristina Mourão Sequeira	(b)	417 — Sandra Patrícia Rodrigues de Almeida	(b)
334 — Alexandre da Cunha Pereira de Lacerda Benigno	(b)	418 — Sara Dias de Lima Portela Belo	(b)
335 — Alina Sofia Coelho Esteves	(b)	419 — Sílvia Cristina Santos Carreira	(b)
336 — Ana Cláudia Grade Vieira	(b)	420 — Sofia Sequeira Lima de Sousa Leite	(b)
337 — Ana Cristina Veloso dos Santos	(b)	421 — Sónia Alexandra Galego Fernandes	(b)
338 — Ana Gomes Delgado	(b)	422 — Sónia Cristina Pires Pereira	(b)
339 — Ana Isabel Carriço Pereira	(b)	423 — Sónia Cristina Teixeira da Silva Ferreira	(b)
340 — Ana Isabel Lorinho Santos	(b)	424 — Sónia Francisca da Silva	(b)
341 — Ana Margarida Lourenço Carrilho Briosa	(b)	425 — Susana Alice Carvalho de Sena	(b)
342 — Ana Sofia Fernandes Dias de Carvalho Barrias	(b)	426 — Tânia Castro Pacheco da Silva Soares	(b)
343 — Ana Teresa de Paulos Martins do Vale	(b)	427 — Teresa Margarida Palmilha Marques Guerreiro	(b)
344 — Anabela de Queirós Carvalho Polido	(b)	428 — Tília Rute Maia Cabrita	(b)
345 — Andreia Catarina Martins de Carvalho	(b)	429 — Vanda Cristina Fontes Duarte	(b)
346 — Andreia Margarida Pereira Duque dos Reis	(b)	430 — Vanessa Cristina Pargana Caldeira	(b)
347 — Artur Manuel da Silva Sousa	(b)	431 — Vanessa Poppe Correia de Barros	(b)
348 — Beatriz Lurdes dos Santos Brito Ramos	(b)	432 — Vera Lúcia Jesus dos Reis	(b)
349 — Carla Isabel Moreira Vaz Teixeira	(b)	433 — Isabel Maria Cabral de Oliveira	(b)
350 — Carla Isabel Quintas Fernandes	(b)		
351 — Carla Maria Santos Carvalho da Silva	(b)	(a) Não obteve aprovação na prova escrita de conhecimentos.	
352 — Carla Sofia de Lemos Fernandes	(b)	(b) Não compareceu à prova escrita de conhecimentos.	
353 — Cármen João Salsinha Mendes	(b)	(c) Não compareceu à entrevista.	
354 — Catarina Marques de Jesus Santos Moço	(b)		
355 — Cátia Rute Colaço Gameiro	(b)	31 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Júri, <i>Luís Manuel Rodrigues Silveira</i> .	
356 — Cláudia Cristina da Silva Perdigão	(b)		
357 — Cláudia Marina Guilhermina Vaz de Sousa	(b)		
358 — Cláudia Sofia Brás Rodrigues	(b)		
359 — Cláudia Sofia Cruzeiro Dias Costa	(b)		
360 — Daniela Maria Ramires Cosme	(b)		
361 — Elizabete Garcia Goulão Condesso	(b)		
362 — Elsa Sofia Alves da Costa Lopes	(b)		
363 — Fabiana Fontenelle de Andrade	(b)		
364 — Fátima de Jesus Domingos Ernesto	(b)		
365 — Filipa Brito e Abreu Oliveira Soares	(b)		
366 — Filipe Alexandre Salvadinho Louro	(b)		
367 — Filomena Cristina Pizarro Rodrigues Gomes de Sousa	(b)		
368 — Helena Maria Henriques dos Santos	(b)		
369 — Humberto José do Vale Ferreira	(b)		
370 — Inês Espírito Santo Figueiredo Faustino	(b)		
371 — Iola Cristina Santos Ferreira	(b)		
372 — Isabel Caetano da Fonseca	(b)		
373 — Isabel Cristina do Nascimento Fernandes de Castro	(b)		
374 — Isabel Margarida Selão Cascão	(b)		
375 — Isabel Maria Pais dos Prazeres	(b)		
376 — Isabel Maria Vitorino Pereira	(b)		
377 — Isabel Rute Contreiras Ventura Perdigão Concruta	(b)		
378 — Joana Fernandes dos Santos Magalhães	(b)		
379 — João Manuel Marques Ventura Guedes	(b)		
380 — José Carlos Lopes Duque	(b)		
381 — José João Carrilho Torres	(b)		
382 — Júlio Manuel Costa da Cunha	(b)		
383 — Laura Maria Pereira Antunes	(b)		
384 — Leonardo Filipe Rodrigues Esteves Rosa	(b)		
385 — Lia Alexandra Duarte Mota Miranda	(b)		
386 — Liliana Cristina Batista da Silva Rodrigues	(b)		
387 — Lúcia da Conceição de Sousa	(b)		
388 — Luciana Maria Lopes Sotero	(b)		
389 — Márcio Roberto Simão Pereira	(b)		
390 — Margarida Isabel Lopes Silva	(b)		
391 — Maria Aldegundes Matias Pataco Martins	(b)		
392 — Maria Angélica Gonçalves Bentes	(b)		
393 — Maria Cristina da Silva	(b)		
394 — Maria de Fátima de Sá Figueiredo Lourenço	(b)		
395 — Maria de Jesus Santos Leandro Almeida	(b)		
396 — Maria João Gomes de Andrade	(b)		
397 — Maria João Subtil de Carvalho	(b)		
398 — Maria Lassalet Ladeiro Toscano Guerrinha	(b)		
399 — Maria Luísa Direitinho Consciência	(b)		
400 — Mariana Homem de Mello Carvalho Alves Gamito	(b)		
401 — Mário David Nogueira Fernandes	(b)		
402 — Marlene Alice Machado Fernandes	(b)		
403 — Marta de Oliveira Serrão Mosca Gonçalves	(b)		
404 — Matilde Filipe Batalha Camilo	(b)		
405 — Mónica Isabel da Fonseca Frazão Massas da Costa Louro	(b)		
406 — Mónica Paula Alves Fernandes	(b)		
407 — Natacha Miriam Hilário Vaz Pereira	(b)		
408 — Nuno José de Oliveira Fernandes Gonçalves	(b)		
409 — Patrícia Maria Cabeleira Ferreira	(b)		
410 — Pedro Fernandes dos Santos Pechorro	(b)		
411 — Raquel Alexandra Ferreira Figueiredo	(b)		

- (a) Não obteve aprovação na prova escrita de conhecimentos.
(b) Não compareceu à prova escrita de conhecimentos.
(c) Não compareceu à entrevista.

31 de Janeiro de 2005. — O Presidente do Júri, *Luís Manuel Rodrigues Silveira*.

Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança

Aviso n.º 1555/2005 (2.ª série). — Por despachos de 22 de Novembro de 2004 do vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e de 26 de Novembro de 2004 da directora-geral da Solidariedade e Segurança Social:

Licenciada Maria Luísa Gonçalves Matias Carvalho, assessora principal de serviço social da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa do referido Instituto — autorizada a transferência para idêntica categoria do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Acção Social, com efeitos a 1 de Janeiro de 2005, considerando-se exonerada do lugar que vinha ocupando, a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 2005. — A Chefe de Repartição, *Maria Celeste Jacinto Monteiro*.

Aviso n.º 1556/2005 (2.ª série). — Por despachos de 25 de Janeiro de 2005 da directora-geral da Solidariedade e Segurança Social, foram as técnicas superiores de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral da Acção Social e da ex-Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social nomeadas definitivamente precedendo concurso na categoria de técnicas superiores principais nos quadros de pessoal da ex-Direcção-Geral da Acção Social e da ex-Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social, licenciadas:

Maria Manuela Teixeira Santos Estevinho Fronteira.
Teresa Manuela Pires Rodrigues.
Paula Suzana Cruz Ferreira.
Sofia Salomé Sanches Palacim Ferreira.
Maria Suzana Varanda Gonçalves Fernandes Ferreira.

As referidas nomeações produzem efeitos à data da aceitação do novo lugar, considerando-se exoneradas da anterior categoria a partir da mesma data.

(Isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 2005. — A Chefe de Repartição, *Maria Celeste Jacinto Monteiro*.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Aviso n.º 1557/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social de 20 de Janeiro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para provimento de dois lugares na categoria de técnico profissional principal, existentes no quadro

de pessoal deste Instituto, aprovado pelas Portarias n.ºs 4/88, de 6 de Janeiro, e 168/88, de 19 de Março, sendo fixadas as seguintes quotas:

Referência n.º 1 — um lugar destinado a funcionários pertencentes a este Instituto;

Referência n.º 2 — um lugar destinado a funcionários de outros organismos.

1.1 — O presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

2 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares postos a concurso e caduca com a aceitação dos mesmos.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 442/91, de 15 de Novembro, 6/96, de 31 de Janeiro, 50/98, de 11 de Março, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 260/99, de 7 de Julho, 29/2000, de 7 de Julho, 141/2001, de 24 de Abril, e 112/2004, de 13 de Maio.

4 — Conteúdo funcional — compete ao técnico profissional especialista o exercício de funções a que genericamente se refere o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, bem como o mapa 1 anexo àquele diploma, nas áreas a que se refere a Portaria n.º 168/88, de 19 de Março.

5 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho é em Lisboa e as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Requisitos de admissão — para ambas as referências podem ser opositores ao concurso todos os funcionários com a categoria de técnico profissional de 1.ª classe, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, e que satisfaçam o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Local de afixação — a relação de candidatos admitidos ao concurso bem como a lista de classificação final, a qual será ainda publicitada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão afixadas nos seguintes locais:

Avenida de Manuel da Maia, 58, rés-do-chão, 1049-002 Lisboa;
Avenida de António Serpa, 32, rés-do-chão, 1069-201 Lisboa.

8 — Métodos de selecção:

Avaliação curricular, na qual são considerados os factores habilitação académica de base, formação profissional, experiência profissional e classificação de serviço (artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho);

Entrevista profissional de selecção, na qual serão ponderadas as aptidões profissionais e pessoais.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 — Classificação final — o resultado será expresso numa escala de 0 a 20 valores, resultante da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção.

11 — Formalização das candidaturas — os requerimentos de admissão ao concurso, elaborados conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, contendo a indicação da categoria a que se candidatam, deverão ser dirigidos ao presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Avenida de Manuel da Maia, 58, 1049-002, podendo ser enviados pelo correio, com aviso de recepção, ou entregues pessoalmente na mesma morada.

12 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone;
- Habilitações académicas;
- Habilitações profissionais (cursos de formação, com a indicação do número de dias e horas da respectiva duração);
- Experiência profissional, com menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Declaração, sob compromisso de honra, em como é detentor dos requisitos gerais de provimento em funções públicas (n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho);
- Qualquer outros elementos que os candidatos entendam dever referir por serem relevantes para a apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em consideração pelo júri quando devidamente comprovados.

13 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, do qual constem, designadamente, as habilitações académicas, as funções que exerce e as exercidas anteriormente, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, bem como a formação profissional detida e respectiva duração;
- Documentos comprovativos das habilitações académicas, da formação profissional e das classificações de serviço dos anos relevantes para o efeito;
- Declaração passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;
- Declaração autenticada, passada pelo serviço onde o candidato exerceu as funções no período de referência relevante para efeitos do presente concurso, especificando as tarefas e responsabilidades que lhe estiverem cometidas;
- Documentos comprovativos das declarações feitas nos termos da alínea f) do n.º 12 do presente aviso.

14 — Aos funcionários do Instituto é dispensável a apresentação dos documentos referidos na alínea b) do n.º 13 do presente aviso, caso constem no respectivo processo individual, devendo tal facto ser expressamente referido pelo candidato no requerimento de admissão ao concurso.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação descrita, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

16 — O júri do presente concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Licenciada Maria dos Anjos C. Rodrigues Saraiva, assessora principal, coordenadora.

Vogais efectivos:

Licenciada Ana Paula Campos Duarte Costa Marinho, técnica superior de 2.ª classe.
Helena Fiúza M. Lucena Valadas, técnica especialista principal.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Irene Vagueiro Martins Salvado, assessora.
Isabel Maria Gomes Loureiro, técnica profissional especialista principal.

Nas ausências e impedimentos da presidente do júri, esta será substituída pela vogal efectiva licenciada Ana Paula Campos Duarte Costa Marinho.

20 de Janeiro de 2005. — Pelo Conselho Directivo, o Vogal, *Rui Corrêa de Mello*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3321/2005 (2.ª série). — A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia deliberou, em reunião pública de 15 de Junho de 2001, proceder à elaboração da revisão do Plano Director Municipal, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/94, de 6 de Maio, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2001, de 30 de Março.

Considerando o teor do relatório de avaliação da execução daquele instrumento de planeamento territorial, apresentado para efeitos de fundamentação da necessidade da respectiva revisão, em cumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e do n.º 9.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril;

Tendo em conta que, a solicitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, foi realizada, em 7 de Setembro de 2004, a reunião preparatória exigida pelo n.º 11 do referido instrumento regulamentar;

Considerando ainda o teor da proposta de composição da comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia:

Assim, no uso das competências previstas no Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, e nos termos e para os efeitos do disposto do previsto n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99,